



TERMINAL DE GRANÉIS DO GUARUJÁ S.A.

CNPJ nº 05.527.694/0001-33

Senhores acionistas, Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Terminal de Granéis do Guarujá S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira.

Guarujá-SP, 31 de março de 2025

Balço Patrimonial dos Exercícios Findos em 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.586	16.434
Contas a receber	7	3.926	10.045
Arrendamento a receber		500	485
Estoques	9	10.828	-
Impostos a recuperar	10	2.516	2.026
Adiantamentos a fornecedores		130	5
Outros créditos		3.959	3.744
Total do Ativo Circulante		37.445	32.739
Não Circulante			
Arrendamento a receber		866	1.259
Depósitos judiciais	16	3.579	3.581
Ativos fiscais diferidos	11	4.550	2.815
		8.995	7.655
Imobilizado	12	158.013	164.836
Ativos de direito de uso	22	27.626	32.506
Intangível		261	215
Total do Ativo Não Circulante		194.895	205.212
Total do Ativo		232.340	237.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)						
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Resultado do exercício	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	17	79.747	15.949	61.550	-	157.246
Distribuição de dividendos		-	-	(61.550)	-	(61.550)
Resultado do exercício	17	-	-	-	90.312	90.312
Destinações:						
Dividendo mínimo obrigatório	17	-	-	-	(22.578)	(22.578)
Dividendo adicional	17	-	-	-	(2.422)	(2.422)
Reserva de lucros a destinar	17	-	-	65.312	(65.312)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		79.747	15.949	65.312	-	161.008
Distribuição de dividendos		-	-	(65.312)	-	(65.312)
Resultado do exercício	17	-	-	-	71.230	71.230
Destinações:						
Dividendo mínimo obrigatório	17	-	-	-	(17.808)	(17.808)
Reserva de lucros a destinar	17	-	-	53.422	(53.422)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		79.747	15.949	53.422	-	149.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. Contexto Operacional: O Terminal de Granéis do Guarujá S.A. ("Companhia") é uma Companhia anônima e tem como principal objetivo atuar como um terminal marítimo para recebimento, armazenamento e carregamento de grãos (milho, soja e seus derivados) em navios, destinados à exportação, e está localizado na margem esquerda do canal do Porto Organizado de Santos, na Avenida Santos Dumont - S/N, no município de Guarujá, Estado de São Paulo. A Companhia possui instalações com capacidade para embarque de produtos de 3.000 toneladas por hora e está totalmente integrada a malha ferroviária e viária local, além de possuir um sistema de descarregamento para os dois modais (ferroviário e rodoviário). A Companhia iniciou suas operações em fevereiro de 2007 com o 1º embarque de grãos em março de 2007. A Companhia é uma controlada em conjunto e possui como acionistas a Bunge Alimentos S.A. com participação de 57%, Amaggi Exportação e Importação Ltda. com participação de 33% e Rumo S.A. com participação de 10%, sendo estas sociedades com sede no Brasil. Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, parte substancial da receita com prestação de serviços (98% em 2024 e em 2023) foi obtida por meio de prestação de serviços a partes relacionadas, principalmente para a Bunge S.A. e Amaggi International Ltd. **Principais compromissos decorrentes do Contrato de Exploração do terminal portuário com a Autoridade Portuária de Santos - APS:** A Companhia é arrendatária da área onde suas instalações estão edificadas. O prazo de vigência do contrato é de 25 anos, podendo ser renovado por mais 25 anos, devendo a prorrogação do prazo de arrendamento ser requerida unilateralmente pela companhia, pelo menos, três anos antes de findar sua vigência, que ocorrerá em 2027. O compromisso da Companhia contempla todos os investimentos necessários à implantação de todas as obras do terminal portuário, todos os serviços, montagens, manutenção e recuperação, bem como todas as aquisições/instalações de equipamentos necessários à completa implantação das instalações portuárias conforme estipulado no seu projeto básico, aprovado pela APS. No encerramento do contrato de arrendamento, por advento do seu tempo, serão ressarcidos os custos de aquisição dos bens reversíveis ainda não depreciados. No caso de rescisão unilateral antecipada pela APS, haverá aplicação de multas em favor da Companhia conforme previsto em contrato. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis:** a) **Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente se baseia no valor justo das contraprestações pagas em troca dos ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor em milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Principais Políticas Contábeis:** **Continuidade operacional:** Os conselheiros têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. a) **Receita de contrato com o cliente:** As receitas são mensuradas com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente. A Companhia reconhece as receitas quando conclui todas as obrigações de performance referente aos serviços prestados ao cliente. As receitas são apresentadas líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas. As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. b) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Variações cambiais e monetárias passivas. • Variações cambiais e monetárias ativas. • Rendimentos de aplicações financeiras, líquidos. • Despesas e receitas juros de arrendamento mercantil. • Despesas e receitas de juros atrelados a ativos e passivos monetários. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. c) **Moeda estrangeira:** **Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. d) **Benefícios a empregados: Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. e) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos temporários estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, de acordo com o CPC 03. f) **Contas a receber de clientes:** Avaliadas no momento inicial pelo valor presente, se aplicável, e deduzidas da provisão para perda de crédito esperada, a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não terá sucesso na cobrança de todos os valores devidos pelos clientes. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável estimado. g) **Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque inclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes desses impostos nas datas de encerramento dos exercícios. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração do imposto de renda quanto a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera recolher à Receita Federal. **Impostos diferidos:** O impos-

to de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos exercícios, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. h) **Estoques:** Os estoques da Companhia referem-se, em sua maioria, a materiais de uso e consumo utilizados na manutenção, material de segurança, peças e insumos destinados ao consumo nas operações. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é avaliado pelo método do custo médio de aquisição. i) **Imobilização: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos subsequentes:** Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. **Peças de reposição:** De acordo com o CPC 27, a Companhia mantém estoques de sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a Companhia espera usá-los por mais de um período. Da mesma forma, se puderem ser utilizados somente em conexão com itens do ativo imobilizado, também são contabilizados como ativo imobilizado. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. Em 31 de dezembro de 2024, a vida útil média, em anos, do ativo imobilizado são as seguintes:

Construções em imóveis de terceiros	25,01
Equipamentos portuários	16,40
Móveis e utensílios	10,86
Hardware	4,80
Ferramentas	10,07
Instalações	15,25
Benefiteiros em propriedades de terceiros	25,00

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. j) **Ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. k) **Concessões:** A Companhia possui concessões de serviços públicos decorrentes do contrato de arrendamento. A Companhia atua sob o regime de concessão, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos das interpretações técnicas CPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão, em virtude de os preços dos serviços prestados não serem regulamentados e/ou controlados pelo poder concedente. l) **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados por meio da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". **Classificação de instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia mantém os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros: • **Custo amortizado:** caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de terceiros, contas a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores terceiros e partes relacionadas, dividendos a pagar e outras contas a pagar. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. m) **Outros Ativos Circulantes e não circulantes:** Os demais ativos e passivos estão demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. n) **Passivos circulante e não circulante:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento dos exercícios, sendo essas variações registradas na demonstração do resultado. o) **Capital social:** As ações do capital social da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. O montante relativo aos dividendos distribuídos é reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício. p) **Avaliação da recuperação de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterio-

A Administração

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota	2024	2023
Receita Líquida de Serviços	18	260.764	290.287
Custo dos serviços prestados	19	(137.076)	(132.375)
Lucro Bruto		123.688	157.912
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas administrativas	19	(24.607)	(21.655)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	19	7.216	1.638
		(17.391)	(20.017)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		106.297	137.895
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	20	1.887	2.856
Despesas financeiras	20	(4.619)	(5.111)
Variação cambial líquida	20	354	163
		(2.378)	(2.092)
Lucro antes do IR e da Contribuição Social		103.919	135.803
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(34.424)	(45.741)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.735	250
Resultado do Exercício		71.230	90.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota	2024	2023
Resultado do Exercício		71.230	90.312
(i) Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado:		-	-
(ii) Itens que não serão subsequentemente reclassificados ao resultado:		-	-
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício		71.230	90.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado do Exercício		71.230	90.312
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	19	26.084	24.512
Despesas (Receitas) de juros sobre operações de arrendamento, líquidas	20	4.372	4.734
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	82	(152)
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	19	32	13
Valor residual na baixa de ativo intangível		-	10
Resultado na alienação de imobilizado	19	58	4
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	34.424	45.741
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(1.735)	(250)
Outras variações cambiais		13	17
Provisão para participação nos lucros e resultados		600	(100)
Perda com sinistro		-	573
		135.160	165.414

(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		6.128	(2.444)
Estoques		(6.441)	-
Adiantamentos a fornecedores		(125)	115
Impostos a recuperar		(9.039)	(8.984)
Depósitos judiciais		2	18
Outros ativos		(215)	(3.184)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		2.224	3.340
Salários e encargos sociais		630	501
Adiantamentos de clientes		16	-
Impostos e contribuições a recolher		(239)	298
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	-	(1)
Provisões		(472)	(22)
Caixa proveniente das operações		127.629	155.051
Juros pagos sobre arrendamento	22	(4.538)	(4.932)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(30.989)	(34.318)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		93.002	115.801
Fluxo De Caixa Das Atividades De Investimento			
Recurso proveniente da alienação de imobilizado		7	2
Aquisição de imobilizado e intangível		(12.136)	(9.073)
Juros recebidos de arrendamento	22	606	433
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(11.523)	(6.638)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Dividendos pagos		(70.000)	(101.981)
Pagamento de arrendamento	22	(12.327)	(9.300)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(82.327)	(111.281)
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(848)	(4.118)
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Saldos no início do exercício		16.434	20.552
Saldos no fim do exercício		15.586	16.434
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(848)	(4.118)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor recuperável excede o valor contábil líquido, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável dos ativos é o maior entre o seu valor justo (menos custos para sua venda) e o seu valor em uso, que se baseia em estimativa de seus fluxos de caixa futuros descontados a valor presente usando taxas de desconto antes de impostos que reflita condições de mercados e riscos específicos vinculados aos ativos avaliados. q) **Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação até as datas de encerramento dos exercícios considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. r) **Arrendamentos:** Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados pelo valor presentes de contraprestações futuras esperadas a serem incorridas pelo período do contrato aplicando-se taxa incremental de captação. Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período do arrendamento. Os passivos de arrendamento são ajustados pelos juros de arrendamento e reduzidos pelo valor dos pagamentos realizados. Mudanças contratuais ou outras mudanças no valor presente dos dispêndios futuros são ajustados nos saldos de ativos e passivos. **4. Uso de Estimativas e Julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente quanto períodos futuros. As informações sobre as premissas e estimativas significativas no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (a) **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. (b) **Vida útil dos bens do ativo imobilizado:** A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, na data de encerramento de cada exercício. **5. Novas Normas, Alterações das Normas e Pronunciamentos Técnicos Emitidos:** As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Pronunciamento	Descrição

Pronunciamento	Descrição
	As alterações indicam que apenas <i>covenants</i> que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado a avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante).
<i>Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants</i>	Esses <i>covenants</i> afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do <i>covenant</i> é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um <i>covenant</i> com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).
<i>Alteração ao CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Lease-back"</i>	As alterações acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências do CPC 47 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início.

A Companhia não identificou impactos relevantes em decorrência das normas e interpretações emitidas. Adicionalmente, a Companhia está avaliando as novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis emitidos e aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 e até o momento não identificou impactos relevantes.

Pronunciamento	Descrição
	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período de tempo que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações executáveis.
<i>Alterações ao CPC 02 - Falta de Conversibilidade</i>	Introduziu novas exigências para: • apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; • apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; • melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.
<i>CPC 26 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras</i>	IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

2024	2023
1	-
1.057	198
14.528	16.236
15.586	16.434

Em 31 de dezembro de 2024, o percentual médio de remuneração do CDI das aplicações financeiras é de 97,00% (96,08% em 31 de dezembro de 2023). A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a três meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa.

2024	2023
161	11
423	224
-	326
3.342	9.484
3.926	10.045

O saldo do contas a receber no exterior é atualizado pela taxa de câmbio de fechamento. Tendo em vista a inexistência de histórico de inadimplência e expectativa de perdas, não foi identificada necessidade de constituição de provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa no ano corrente, tampouco em 2023.

2024	2023
161	11
423	224
-	326
3.342	9.484
3.926	10.045

8. Saldos e Transações com Partes Relacionadas: a) Saldo e transações: Os saldos e as transações com empresas ligadas são realizados em condições estabelecidas entre as partes e compostos conforme segue:

	2024	2023			
Ativo circulante					
Prestação de serviços: Amaggi Internacional Ltd. (mercado externo)	Relacionada	836	93.422	2.501	112.086
Amaggi S.A. (mercado externo)	Relacionada	-	121	-	272
Bunge S.A. (mercado externo)	Relacionada	2.506	176.638	6.983	188.574
TERMAG - Terminal Marítimo do Guarujá (mercado interno)	Relacionada	423	-	224	-
Arrendamento a receber: TERMAG - Terminal Marítimo do Guarujá (mercado interno)	Relacionada	1.366	-	1.744	-
Demurrage: Amaggi S.A. (mercado externo)	Relacionada	-	-	-	13
Bunge S.A. (mercado externo)	Relacionada	-	824	-	279
Receita de aluguel: TERMAG - Terminal Marítimo do Guarujá (mercado interno)	Relacionada	-	859	-	954
Outras receitas operacionais: Rumo S.A. (mercado interno)	Investidora	-	5.015	-	-
Receitas financeiras: TERMAG - Terminal Marítimo do Guarujá (mercado interno)	Relacionada	-	166	-	197
Total		5.131	277.045	11.452	302.375
Passivo circulante					
Despesas corporativas: Amaggi Exportação e Importação Ltda. (mercado interno)	Investidora	119	1.382	114	1.367
Fornecedor: TERMAG - Terminal Marítimo do Guarujá (mercado interno)	Relacionada	3	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio: Bunge Alimentos S.A. (mercado interno)	Investidora	7.478	-	-	-
Amaggi Exportação e Importação Ltda. (mercado interno)	Investidora	4.330	-	-	-
Rumo S.A. (mercado interno)	Investidora	1.312	-	-	-
Total		13.242	1.382	114	1.367

O saldo das contas a receber de empresas relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, correspondem à saldos ainda não recebidos referente a receita de prestações de serviços por armazenamento e carregamento de grãos (milho, soja e seus derivados). Quanto aos passivos, correspondem a despesas corporativas em 31 de dezembro de 2024, e substancialmente a dividendos mínimos obrigatórios constituídos em 31 de dezembro de 2024, após a apuração do resultando da Companhia (dado ao estatuto social da Companhia ser omissão, há a constituição de 25% do resultado, de acordo com a lei 6.404). **b) Remuneração de pessoal-chave da Administração:** Em 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 1.018 (R\$ 823 em 2023) e inclui salários e benefícios variáveis.

	2024	2023
Estoque para consumo	10.828	-
Total de estoques	10.828	-

O estoque para consumo compreende peças de manutenção e materiais diversos para consumo. A partir de 31 de dezembro de 2024, a Companhia reclassificou alguns materiais de uso e consumo e itens de manutenção periódica, antes classificados como imobilizado, para o grupo de estoques. Essa mudança foi realizada em conformidade com o CPC 27 Ativo Imobilizado, que define a classificação mais adequada para esses itens.

	2024	2023
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	2.508	2.026
Outros impostos a recuperar	8	-
Total de impostos a recuperar	2.516	2.026

	2024	2023
IRPJ CSLL a Recolher	5.168	9.382
Informações adicionais à demonstração de fluxos de caixa: Imposto de renda e contribuição social correntes	9.832	7.527
Saldo inicial - Imposto de renda e contribuição social a recolher	34.424	45.741
Provisão do exercício	(30.089)	(34.318)
Impostos pagos sobre o lucro	(8.549)	(9.568)
Compensação com créditos tributários	-	-
Saldo final - Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.168	9.382

A Companhia compensou o imposto de renda retido na fonte acumulados e créditos de PIS e COFINS sobre insumos durante o ano de 2024 com o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados durante o exercício no montante de R\$ 8.549 (R\$ 9.568 em 2023). Esta transação não envolveu caixa, e, portanto, esta não está refletida na demonstração do fluxo de caixa. **b) Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2024	2023
Diferenças temporárias sobre:		
Ativo de direito de uso	(9.393)	(10.642)
Passivo de arrendamento	13.338	13.003
Diferença entre a depreciação fiscal e econômica	(3.316)	(3.395)
Participação dos empregados nos lucros	1.190	986
Provisão para riscos	2.530	2.502
Outros	201	361
Imposto de renda diferido ativo, líquido	4.550	2.815

O saldo de impostos diferidos reconhecido no resultado do exercício em 31 de dezembro

	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Custo:									
Construções em imóveis de terceiros	221.817	-	-	-	221.817	-	-	-	42
Equipamentos portuários	104.589	184	(10)	408	105.171	254	(2.424)	1.181	104.182
Móveis e utensílios	3.361	54	(41)	378	3.752	57	(319)	521	4.011
Hardware	1.793	53	(28)	40	1.858	56	(93)	80	1.901
Ferramentas	705	-	(19)	-	686	-	(9)	-	677
Instalações	26.612	-	-	-	26.612	-	(441)	84	26.255
Benefeitorias em propriedade de terceiros	3.644	-	-	-	3.644	-	-	1.239	4.883
Estoques de peças de reposição	7.615	1.693	-	-	9.308	-	-	(4.387)	(b)
Equipamentos para montagem (a)	736	740	-	(642)	834	2.434	-	(633)	2.635
Obras em andamento (a)	931	6.345	-	(184)	7.092	9.215	-	(2.514)	13.793
	371.803	9.069	(98)	-	380.774	12.016	(3.286)	(4.387)	385.117

	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Depreciações:									
Construções em imóveis de terceiros	(111.942)	(8.866)	-	-	(120.808)	(8.870)	-	-	(129.678)
Equipamentos portuários	(70.959)	(4.120)	9	-	(75.070)	(3.682)	2.424	-	(76.328)
Móveis e utensílios	(2.581)	(132)	30	-	(2.683)	(178)	224	-	(2.637)
Hardware	(1.256)	(218)	23	-	(1.451)	(201)	93	-	(1.559)
Ferramentas	(359)	(59)	17	-	(401)	(57)	7	-	(451)
Instalações	(13.286)	(1.180)	-	-	(14.466)	(1.184)	441	-	(15.209)
Benefeitorias em propriedade de terceiros	(913)	(146)	-	-	(1.059)	(183)	-	-	(1.242)
	(201.296)	(14.721)	79	-	(215.938)	(14.355)	3.189	-	(227.104)
	170.507	(5.652)	(19)	-	164.836	(2.339)	(97)	-	158.013

(a) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de obras em andamento e equipamentos em montagem refere-se, substancialmente, à implantação do sistema implementado para redução de poeira dos grãos armazenados (SNAP) no terminal portuário (R\$ 4.158), aquisição e instalação da balança de fluxo de exportação (R\$ 2.450), substituição de barra de trilho ferroviária (R\$ 1.726), modernização e ampliação da balança de fluxo de embarque de navio (R\$ 1.597), modernização dos componentes elétricos do comando (R\$ 1.337), modernização da *data center* (R\$1.272), entre outros. (b) A partir de 31 de dezembro de 2024, a Companhia reclassificou alguns materiais de uso e consumo e itens de manutenção periódica, antes classificados como imobilizado, para o grupo de estoques. Essa mudança foi realizada em conformidade com o CPC 27 Ativo Imobilizado, que define a classificação mais adequada para esses itens. Durante o exercício, a Administração efetuou a revisão do valor recuperável dos itens do ativo imobilizado, não sendo identificada a necessidade de nenhuma provisão. O valor recuperável dos ativos foi determinado com base no valor residual. A vida útil dos ativos imobilizados é revisada anualmente, e não foi necessário efetuar ajustes nas taxas de vida útil anteriormente definidas.

13. Fornecedores:

2024	2023
8.989	7.082
122	114
331	-
9.442	7.196

14. Impostos e Contribuições a Recolher:

2024	2023
660	1.164
535	303
36	23
123	103
1.354	1.593

15. Plano de Previdência Privada: O Plano de Previdência Complementar da Companhia é administrado pela Bungeprev, uma entidade fechada de previdência privada, estabelecida sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, da qual a Companhia é uma das patrocinadoras. A contribuição básica do participante é efetuada mensalmente em até 6% do salário de contribuição, o qual é determinado com base no salário nominal menos dez vezes a Unidade de Referência - UR, observado o valor mínimo de 10% da UR. As patrocinadoras efetuam mensalmente a contribuição normal de 150% e a contribuição variável de até 50%, ambas sobre a contribuição básica efetuada pelo participante. A contribuição variável depende do resultado financeiro da Companhia, sendo definida no mês de março e aplicada nos 12 meses subsequentes. A patrocinadora efetua também as contribuições para o benefício mínimo, que são pagas mensalmente conforme percentual estabelecido anualmente no parecer atuarial. O Plano de Previdência Complementar foi constituído de acordo com as características do plano de contribuição variável. Os benefícios são calculados com base em um fundo formado pelas contribuições individuais dos participantes e pelas contribuições das patrocinadoras, acrescidas dos respectivos rendimentos líquidos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia contribuiu com aproximadamente R\$ 96, sendo R\$ 67 alocado nas despesas administrativas e R\$ 29 no custo dos serviços prestados (R\$ 123 em 2023).

16. Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis: A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante de R\$ 8.571 (R\$ 8.489 em 2023), considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

2024	2023
8.571	8.489
8.571	8.489
(3.579)	(3.581)

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.642	(152)
Provisões (reversões) constituídas e juros sobre riscos provisionados, líquidos	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.489	82
Provisões (reversões) constituídas e juros sobre riscos provisionados, líquidos	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.571	-

a) Passivos contingentes (possíveis): A Companhia tem parte em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda de 50% ou menos) pelo departamento jurídico da Companhia e seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 76.115 em 2024 (R\$ 66.799 em 2023). Encontra-se em andamento demandas judiciais questionando o processo licitatório realizado pela Autoridade Portuária de Santos - APS que originou o referido contrato de arrendamento. Nenhuma provisão ou revelação adicional foi efetuada nas demonstrações financeiras, pois segundo opinião dos assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de ganho da causa dos referidos processos é possível. O valor atual em risco é de R\$ 71.766 (R\$ 64.218 em 2023).

17. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social está representado por 79.747.000 (mesma quantidade em 2023) ações representadas por 39.873.500 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 19.538.015 ações classe "A", 13.158.255 ações classe "B" e 7.177.230 ações classe "C" e 39.873.500 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total ações	%
Bunge Alimentos S.A.	19.538.015	49%	25.917.775	65%	45.455.790	57%
Amaggi Exp. e Imp. Ltda.	13.158.255	33%	13.158.255	33%	26.316.510	33%
Rumo S.A.	7.177.230	18%	797.470	2%	7.974.700	10%
	39.873.500	100%	39.873.500	100%	79.747.000	100%

b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No ano de 2021, a Companhia atingiu o teto de constituição de reserva legal, no montante atual de R\$15.949. **c) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. A determinação do dividendo mínimo obrigatório foi realizada por meio do seguinte cálculo:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	71.230	90.312
(-) Constituição de reserva legal	-	-
(=) Lucro líquido base para dividendos mínimos obrigatórios	71.230	90.312
Porcentagem dividendos obrigatórios sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório provisionado	17.808	22.578

O dividendo mínimo obrigatório provisionado para o exercício de 2024 totaliza R\$ 17.808. Entretanto, em novembro do referido ano, foi efetuado um pagamento adiantado de dividendos às sócias no montante de R\$ 4.688. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2024, remanesce um saldo de R\$ 13.120 a ser pago. **d) Reserva de lucros a destinar:** Em atendimento ao disposto na Lei 11.638/07, a Administração efetuou a proposta de destinação do lucro remanescente, após constituição da reserva legal e dos dividendos obrigatórios, à constituição de reserva de retenção de lucros para futura destinação dos acionistas. Essa proposta será objeto de avaliação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária. Destaca-se que o valor de Reserva de Lucros a Destinar na data base de 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 53.422, e sua destinação deverá ser deliberada na próxima Assembleia para integralização do capital, ou destinação de dividendos.

18. Receita Prestação de Serviços: A composição das vendas líquidas da Companhia é apresentada

de 2024 foi de R\$ 1.735 credor (R\$ 250 credor em 31 de dezembro de 2023). **c) Impostos correntes:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e contribuição social debitada ou creditada em resultado é demonstrado como segue:

	2024	2023
Reconciliação da taxa efetiva		
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	103.919	135.803
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada (+/-) Ajustes de imposto referente:	(35.332)	(46.173)
Incentivos fiscais (*)	647	849
Arrendamentos	2.159	-
Outras adições/exclusões	(163)	(167)
	(32.689)	(45.491)
(-) Imposto de renda e contribuição social correntes	(34.424)	(45.741)
(+/-) Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.735	250
(=) IR e contribuição social no resultado	(32.689)	(45.491)

ramento é efetuado por meio dos embarques individuais, onde é recebido 5 (cinco) dias úteis após o faturamento. Outro fator que minimiza este risco é em função destes clientes manterem estoque durante todo o ano e serem, substancialmente, as investidoras da Companhia. Os saldos que estavam expostos a riscos de créditos nas respectivas datas eram os seguintes:

	Nota	2024	2023
Ativos			
Contas a receber de clientes	7	3.926	10.045
Arrendamento a receber		1.366	1.744
Outros ativos de curto e longo prazo		4.089	3.749
Total		9.381	15.538

e) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. Abaixo apresentamos os fluxos de pagamentos dos passivos em conjunto com os ativos utilizados para gerenciar este risco.

	Valor	Fluxo	Até 1	De 1 a	De 2 a
	Nota	contábil	ano	2 anos	5 anos
Operações:					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	15.586	15.586	15.586	-
Contas a receber de clientes					
terceiros e partes relacionadas	7	3.926	3.926	3.926	-
Arrendamento a receber		1.366	1.523	571	571
Fornecedores e partes relacionadas	13 e				
Arrendamento a pagar	17	(22.562)	(22.562)	(22.562)	-
Exposição líquida		(36.741)	(42.135)	(18.500)	(14.181)
					(9.454)

f) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Outro fator que pode impactar a atividade é a produção das commodities causadas por queda na produção de grãos ou baixa do preço das commodities no mercado internacional, passando os clientes a esmagar estes grãos no país, diminuindo as exportações, mas não deixando-as de exportar, uma vez que o país é considerado o celeiro do mundo. **g) Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Os recebíveis e os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, são afetados pelas variações nas taxas de juros CDI, abaixo demonstramos os saldos que são afetados pelas taxas de juros:

	Nota	2024	2023
Operações			
Aplicações financeiras do grupo de Caixa e Equivalentes	6	14.528	16.236
Exposição líquida		14.528	16.236

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros: Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço. Para o Cenário I foi considerado uma redução de 25% nas cotações das taxas de juros e para o Cenário II uma redução de 50%. **Operações com aplicações financeiras do grupo de Caixa e Equivalentes de Caixa:**

	Indexador	Risco	cenário	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	14.528	14.148	13.767

h) Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento da Companhia. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros bem como danos à imagem da Companhia, buscando eficiência na gestão de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída a gerência e do Conselho Diretor da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: a) Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações. b) Exigências para a reconciliação e

monitoramento de operações. c) Cumprimento com exigências regulatórias e legais. d) Documentação de controles e procedimentos. e) Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados. f) Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas. g) Desenvolvimento de planos de contingência. h) Treinamento e desenvolvimento profissional. i) Padrões éticos e comerciais. j) Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. **Gestão de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

	2024	2023
Total do passivo	83.222	76.943
Caixa e equivalentes de caixa	(15.586)	(16.434)
Dívida líquida (A)	67.636	60.509
Total do patrimônio líquido (B)	149.118	161.008
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	0,45	0,38

22. Ativos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento: Como arrendatária: Ativo de direito de uso: Nessa rubrica estão registrados os valores que correspondem ao direito de uso dos contratos vigentes, o montante equivale ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes. O prazo médio dos arrendamentos é de 25 anos. A movimentação dos saldos de ativo de direito de uso está demonstrada a seguir:

	Arrendamento de área	Equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2023	32.506	-	32.506
Novos contratos	-	5.283	5.283
Remensuração	1.554	-	1.554
Baixa por subarrendamento	(62)	-	(62)
Depreciação	(9.073)	(2.582)	(11.655)
Saldo em 31/12/2024	24.925	2.701	27.626

Destaca-se que a remensuração de arrendamento mercantil no valor de R\$ 1.554 e novos contratos no valor de R\$ 5.283 foram transações que não envolveram caixa, e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa. **Passivo de arrendamento:** Nessa rubrica estão registrados os valores remanescentes que correspondem aos contratos de arrendamento vigentes, trazidos a valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção, não considerando possíveis efeitos de PIS e COFINS. Abaixo o efeito da movimentação dos saldos para o período até 31 de dezembro de 2024:

	Arrendamento de área	Equipamentos	Total
Taxa média	11,70%	11,91%	
Saldo em 31/12/2023	42.019	212	42.231
Novos contratos	-	5.283	5.283
Atualizações	1.554	-	1.554
Pagamentos	(13.781)	(3.084)	(16.865)
Juros apropriados	4.109	429	4.538
Saldo em 31/12/2024	33.901	2.840	36.741

	2024	2023
Passivo de arrendamento incluídos no balanço patrimonial:		
Circulante	15.256	10.994
Não circulante	21.485	31.237

	2024	2023
Análise de vencimentos - Contratos não descontados no fluxo de caixa:		
Menos que 1 ano	18.500	15.048
1 - 5 anos	23.635	36.236
Total de passivo não descontado em 31 de dezembro	42.135	51.284

	2024	2023
Análise de vencimentos - Líquido de juros a apropriar:		
Menos que 1 ano	15.256	10.994
1 - 5 anos	21.485	31.237
Total de passivo em 31 de dezembro	36.741	42.231

A Companhia possui direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos, incidente sobre os contratos estabelecidos com pessoas jurídicas. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxo de caixa		
Contraprestação do arrendamento	42.135	36.741
PIS/COFINS (9,25%)	3.898	3.399

O reconhecimento do PIS e COFINS a recuperar é registrado em contrapartida às rubricas de despesa de depreciação do direito de uso e de despesa de juros do passivo de arrendamento, no resultado do período. **Arrendamento de área junto à APS:** A Companhia arrende área de instalação portuária junto a APS, por meio de contrato de arrendamento, desde 23 de agosto de 2002, pelo prazo de vigência de 25 anos, podendo ser renovado por mais 25 anos, caso ocorra autorização por parte da APS. Conforme requerido em contrato, é necessário que a Companhia solicite a renovação do arrendamento 3 anos antes do término de vigência do contrato. Essa solicitação já foi realizada pela Companhia

em 2023, e o projeto de prorrogação está em validação por parte da APS. O pagamento do arrendamento corresponde a: a) área do terreno de 340.000 metros quadrados ocupada pelas instalações portuárias x o valor do custo por metro quadrado com base no preço atualizado vigente conforme determinação da APS; e b) movimentação mensal de carga em toneladas x o valor do custo por tonelada com base no preço atualizado vigente conforme determinação da APS, se limitando a 2 MMC/mês (movimentação mínima contratual);

MMC = 2.250.000 toneladas anual = 187.500 ton/mês

Em 31 de dezembro de 2024 o valor do custo correspondente a área do terreno arrendada é de R\$ 3,83 e o valor do custo correspondente a movimentação mensal por tonelada é de R\$ 0,78. **Outros arrendamentos:** A Companhia arrenda veículos, com prazos de locação de 2 anos. Ao término do prazo do contrato, a Companhia realiza novas negociações de contratações. A partir de 2023 não há aplicação da norma do CPC 06 (R2) sob os contratos de locação de veículos, quando da sua renovação, pois aplica-se o dispositivo de arrendamentos de ativos de baixo valor. Desse modo, os saldos relativos a esse arrendamento estão sendo apropriados linearmente no resultado. A Companhia também aluga equipamentos com contratos de um a três anos. Alguns desses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. Desta forma, para esses casos, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento desses arrendamentos. Existe também a locação de espaço em fornecedor, onde estão instalados os servidores da Companhia (serviço de "colocation"). O contrato foi firmado originalmente em 2011 e vem sendo renovado anualmente. **Como arrendadora: (a) Arrendamento financeiro:** A Companhia possui um contrato, onde efetua a sublocação de linhas ferroviárias, que cruzam sua área de arrendamento, para o Terminal Marítimo do Guarujá (TERMAG). Essa sublocação é efetuada ao longo de todo o prazo de concessão da área locada junto à Autoridade Portuária de Santos (APS). Pelo subarrendamento é cobrado o valor unitário do metro quadrado ocupado pelas linhas ferroviárias, conforme tarifa da APS. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu um total de R\$ 606 referente ao subarrendamento ativo, tendo reconhecido ao longo do ano receita financeira de juros de R\$ 166 referente à essa sublocação. Sendo que no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu um total de R\$ 433 referente ao subarrendamento ativo, e receita financeira de juros de R\$ 197 referente à essa sublocação. A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebimentos do subarrendamento, demonstrando esses valores descontados, a serem recebidos após a data do balanço.

	2024	2023
Menor do que 1 ano	500	485
1-2 anos	500	429
2-3 anos	366	479
3-4 anos	-	351
4-5 anos	-	-
Total de pagamentos de arrendamento descontados	1.366	1.744

	2024	2023
Montante reconhecido no resultado:		
Despesas (Receitas) Juros sobre operações de arrendamento, líquidas	4.372	4.734
Despesas (Receitas) relacionadas a arrendamentos de baixo valor, líquidas	1.722	1.107
Montante reconhecido na Demonstração de Fluxo de Caixa:		
	2024	2023
Total de saída de caixa para arrendamento (Principal)	12.327	9.300
Total de saída de caixa para arrendamento (Juros)	4.538	4.932
Total de saída de caixa para arrendamento	16.865	14.232

23. Compromissos Assumidos: Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Terminal de Granéis do Guarujá S.A. com a Autoridade Portuária de Santos (APS). A Companhia é arrendatária da área de aproximadamente 340.000 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas. O prazo de vigência do contrato é de 25 anos, a partir de 23 de agosto de 2002, podendo ser renovado por mais 25 anos, devendo essa prorrogação do prazo de arrendamento ser requerida, pelo menos 3 (três) anos antes de findar sua vigência. O compromisso de investimento contempla todos os investimentos necessários à implantação de todas as obras de qualquer natureza, todos os serviços, montagens, manutenção, recuperação, bem como todas as aquisições/instalações de equipamentos necessários à completa implantação das instalações portuárias conforme o estipulado no seu projeto básico, aprovado pela APS. **24. Cobertura de Seguros:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui as seguintes coberturas, conforme apólices de seguro:

Risco Operacional (edificações, máquinas e equipamentos, estoques e lucros cessantes)	1.102.910
Responsabilidade Civil - Administradores	15.000
Responsabilidade Civil - Ambiental	4.679
Responsabilidade Civil - Geral	124.858
Responsabilidade Civil - Operador portuário	49.965
Seguro Garantia - Judicial	129
Seguro Garantia - Arrendamento portuário	6.587

25. Aprovação das Demonstrações Financeiras: A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2025.

Diretoria

Gildecio José Moreira Fiel - Diretor Superintendente

Syrlei Queiroz de Oliveira - Contadora - CRC-MT-011545/O-0

Relatório Do Auditor Independente Sobre As Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas do **Terminal de Granéis do Guarujá S.A.**. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Terminal de Granéis do Guarujá S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Terminal de Granéis do Guarujá S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Operações com partes relacionadas:** Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma,

parelamente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025

DELOITTE TOUCHE THOMTSU Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Enrico Prado

Contador - CRC nº 1 SP 293147/O-8